

Apresentação a

Rafael Rossi, *Lukács e a Educação*. ed. Maceió-AL: Coletivo Veredas, 2018

O avanço da crise estrutural do sistema do capital faz amadurecer, no Brasil e no exterior, a situação objetiva em que as alternativas na vida cotidiana vão ganhando uma nova qualidade. A cada pequena oscilação positiva da economia, das taxas de emprego ou da produção, mais no curto que a médio prazo, a consequência é a mesma do que se as oscilações fossem negativas: a crise se aprofunda, as contradições sociais de agudizam, a vida se torna um pouco mais impossível de ser vivida. O mesmo vale, e não por acaso, para todas as outras esferas da vida: as reformas na educação, mesmo quando trazem melhorias imediatas, apenas aprofundam a sua crise; as reformas na saúde, no trânsito, na segurança, na previdência social, nas políticas públicas em geral, idem, idem; as medidas para melhorar a vida apenas fazem agravar a situação que deveriam remediar.

O resultado imediato é que uma das misérias da vida cotidiana é muito significativa da situação em que nos encontramos. A impossibilidade de viver como hoje vivemos trouxe a maior epidemia da história: a depressão. Nunca, pelo planeta afora, tantas pessoas, cotidianamente e por tanto tempo, padeceram do mesmo mal. O remédio tem sido drogá-las para que sintam menos a dor que é viver nos nossos dias. Mais impressionante, ainda, é que essa não é uma doença, como o “banzo” dos escravos no Brasil, que tinha uma clara coloração de classe. A depressão, tal como um vírus, se esparrama por todas as classes e estratos sociais. Ela é a primeira causa da perda de dias de trabalho nos EUA; no Brasil, a segunda.

Os anos que vivemos são os primeiros da história em que mais pessoas morrem por suicídio que nas guerras! E o suicídio cresce em todas as esferas: em países imperialistas, como os europeus, e em ex-colônias como o Uruguai; entre profissionais altamente especializados e de elevada renda (professores universitários, por exemplo) bem como entre trabalhadores cortadores de cana ou que trabalham na colheita de laranja em São Paulo; entre pessoas com mais de 50 anos e entre jovens entre 18 e 25 anos, na zona urbana e na zona rural e assim sucessivamente.

Os seres humanos, planeta afora, estão se matando porque a sociedade se tornou tão desumana que não há mais, nela, lugar para os humanos: a alienação, isto é, a desumanidade posta pela própria humanidade, ganhou um peso e uma dimensão que nunca teve antes.

Por todos os lados que se olhe, o quadro é semelhante. Da conversão dos centros urbanos em zonas de guerra à destruição das riquezas naturais, do sistema de saúde às famílias, da Igreja de Roma aos times de futebol: não há nada, nenhuma instituição, nenhum complexo social que não esteja em crise dos seus fundamentos.

Há pouco lugar à dúvida, se é que há alguma, de que vivemos dias difíceis. Mas, são, também, dias apaixonantes para se viver.

Pois, na medida em que a vida vai se tornando impossível, a consciência, impulsionada pelas contradições e sofrimentos (contradições e sofrimentos não menos reais que a própria consciência), vai se dando conta da essência da situação em que nos encontramos: ou destruímos o capital ou o capital destrói a humanidade. A falência das alternativas reformistas (desde a antiga social-democracia no Velho Mundo, até os reformistas de todos os tipos e matizes em nosso país) vai confirmando, na prática, na vida cotidiana, a inexistência de uma terceira alternativa.

E isto tem um profundo impacto imediato.

A inexistência da possibilidade de uma terceira alternativa tem por consequência direta que as diferenças entre os reformistas e os burgueses já não mais têm lugar no nosso presente. Para ficar, no tempo e no espaço, próximo a nós: o PT podia até ser a favor do aborto no passado. Sob os governos petistas, a liberdade do aborto, antes clandestina e limitada, mas real, desapareceu quase por completo. O PT pode até defender um Estado laico e um ensino laico: não foi sob os governos petistas que os “fundamentalistas” mais avançaram seus programas doutrinadores, que eles chamam de “educacionais”? Distribuição de renda? Não foi sob os governos petistas que a concentração da renda foi impulsionada – inclusive por políticas públicas como o Bolsa Família? Democratização da cultura? Sob o governo do PT o domínio da produção cultural pelos grandes grupos econômicos só se intensificou. Democratização da saúde? Nunca os planos de saúde dominaram tanto o setor como nos anos Lula-Dilma... Quando o ensino privado mais avançou *com financiamento do Estado* sobre a educação pública? Democratização do poder econômico? Não foram os governos petistas que aprofundaram a privatização e promoveram a expansão do *agrobusiness*?

Esse é um dos resultados da crise estrutural: não há mais alternativa intermediária entre o capitalismo e o socialismo. Os reformistas são tão burgueses quanto os burgueses são reformistas!

Essa é a razão para que, hoje, os “democratas” não sejam mais nossos aliados na luta pelos “direitos” dos trabalhadores. Eles, os próprios democratas, assumem como suas as tarefas de impor sobre trabalhadores as medidas que o capital em crise estrutural necessita para sobreviver. O mercado é o senhor dos reformistas tal como dos burgueses.

Na atualidade, são os democratas que se encarregam até mesmo do “trabalho sujo” da repressão: são capazes de coisas que nem Hitler sonhou! Qual o mais bárbaro e “científico” centro de tortura que a humanidade jamais conheceu, na qual os torturadores não estão submetidos a nenhuma Constituição e, por isso, fazem o que querem com os prisioneiros? Qual o lugar no mundo em que os direitos humanos não existem? A base militar em Guantánamo mantida pela democracia dos Estados Unidos! Quais são os países que estão montando o maior e mais intenso sistema de vigilância e controle de seus cidadãos? As democracias mais avançadas do planeta, os países europeus! Não são essas mesmas democracias que montaram os centros clandestinos de tortura, os “buracos negros”?

E, cá entre nós, não foi a democracia petista que colocou em prisão de segurança máxima alguns pobres indivíduos que, nas vésperas das Olimpíadas, entraram em sites do Estado Islâmico? Um deles não terminou morto um dia depois de transferido para uma prisão comum? O crime: nenhum! Não haviam feito nada além de manifestar suas opiniões... Não foi essa mesma democracia petista que perseguiu as lideranças que surgiram da explosão de 2013? E não foi essa mesma democracia petista que domesticou o MST, que desmontou boa parte do movimento popular pela cooptação com mecanismos como o orçamento participativo, que amordaçou os sindicatos transformando os sindicalistas em funcionários públicos e, os sindicatos, em extensões do Estado etc., etc.?

Essa situação histórica de fundo tem um amplo efeito sobre as consciências e, por essa mediação, sobre a produção teórica. Tal como na vida cotidiana, tal como na luta política, também na teoria as opções vão se reduzindo às opções de fato fundamentais, o campo intermediário vai se restringindo.

Nas décadas de 1980-90, para pegar um exemplo notório, a Teoria do Agir Comunicativo, de J. Habermas era considerada a base teórica de um novo projeto “societal” (no jargão da época) capaz de superar as mazelas da concorrência do mercado sem que se fosse preciso superar o próprio mercado (a transição da razão “instrumental”

para a razão “comunicativa”). No governo FHC, não poucos intelectuais respeitáveis namoravam as teses de Habermas para combater os “delírios” que ainda defendiam ser o trabalho o fundante do mundo dos homens. Vilmar Farias, uma então notória personalidade intelectual e professor da UNICAMP, era dos mais entusiastas e agressivos defensores dessa concepção... Hoje, quem ainda lê Habermas? Quem o toma por capaz de fundar um novo “projeto societal” que torne melhor a vida de todos? Quem ainda se lembra de Vilmar Farias, além de uns poucos ex-alunos e uma fotografia no auditório das humanas na Unicamp?

De modo similar, todas as muitas teorizações que, partindo da correta constatação de que tudo no mundo é contraditório, incorretamente concluíam que o espaço de sala de aula é uma mediação para uma “educação revolucionária”, não terminaram tendo que se confrontar com a dura realidade de que essa mediação de nada serve para a revolução, pois é uma mediação social criada e controlada pelo Estado? Tal como a sociedade degenera para uma violência cada vez mais generalizada, a relação aluno-professor vai também tornando evidente sua essência: o professor representa o Estado e, para superar essa situação, apenas superando o Estado. Nenhuma reforma educacional será capaz de superar o fato de que a relação pedagógica em sala de aula é uma relação de opressão, de poder. De Frenet a Makarenko, de Ana Maria Nidelcof a Saviani, as ilusões com o espaço da sala de aula não estão se desfazendo no contato com a realidade?

Muito poderia ser dito da mesma tendência evolutiva nas ciências humanas em geral: da sociologia, que sequer pode tomar a realidade como seu objeto de investigação; da ciência da história, que se dissolve em minúcias; da economia, que não pode sequer se colocar o questionamento do mercado; do serviço social, que cada vez mais converte em uma mera mediação operativa das políticas de controle social ordenadas pelo Estado e assim sucessivamente. Aqui, contudo, nos interessa diretamente o cenário que se desdobra no interior do debate educacional. E é, aqui, que os méritos do texto de Rafael Rossi se fazem mais significativos.

Lembram-se, há não muito, do entusiasmo levantado pelos governos petistas? O impacto que teve no campo teórico da educação, as ilusões que foram alimentadas de que as escolas profissionais, no novo modelo adequado ao neoliberalismo, promoveriam o desenvolvimento integral, não alienado, “omnilateral” no dizer de alguns? Ou ainda as descabidas ilusões dos projetos educacionais que foram gerados sob a égide do “trabalho como princípio educativo”, desde a Escola Florestan Fernandes, do MST, até os sucessivos projetos educacionais para Estados e Municípios elaborados a partir dos pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica? Intelectuais marxistas importantes não colaboraram na implantação do ENEN – com tudo o que isso significa para a privatização da educação? Não saudaram como democratizante todas as propostas de reforço e expansão do ensino privado, porque realizadas pelos petistas? Entregar a UNE ao PCdoB não foi saudado como a consolidação da democracia no movimento estudantil, – e assim por diante?

Tem sido nesse contexto que, na educação, assistimos à corrosão da mitologia que se criou ao redor do “trabalho como princípio educativo”. Tal como toda concepção reformista, esta também tem que “descer do muro” frente a enormidade da crise e tem que revelar sua essência: não vai muito além de instrumento de manutenção do sistema do capital. Os textos pioneiros e originais de Ademir Lazarini (*Capital e educação escolar na obra de Demerval Saviani*, Inst. Lukács, 2015), Ivo Tonet (*Educação contra o capital*, Inst. Lukács, 2014) Rosângela Melo (*A necessidade da educação física na escola*, Inst. Lukács, 2014), Neide Favaro (*Pedagogia histórico-crítica e sua estratégia política: fundamentos e limites*, Coletivo Veredas, 2017) e Maria Lúcia Paniago (*Livro didático: a*

simplificação e vulgarização do conhecimento, Inst. Lukács 2013), os núcleos de investigação no Ceará (Suzana Jimenez) e Florianópolis (Paulo Tumolo), contribuem para a revisão crítica da mitologia que envolve as concepções educacionais hoje dominantes. Este é um fenômeno particular de uma tendência bem mais geral, ainda que longe de ser universal: os reflexos na teoria da redução do horizonte histórico à alternativa destruição da humanidade *versus* superação do capital.

Essa aproximação da consciência à realidade é um dos aspectos que tornam, esse difícil momento, tão apaixonante de ser vivido. As enormes forças que o capital tem à sua disposição, o enorme peso ontológico da vida capitalista a determinar nossa concepção burguesa de mundo (lembrem-se: "A existência determina a consciência..."), – apesar de tudo isso, se a crítica revolucionária do mundo ainda não ganhou a força das armas, ela avança no plano teórico. Indivíduos, mas também pequenos grupos, vão brotando do solo da crise estrutural do capital e colocando novas questões e, ainda, oferecendo novas respostas a antigos problemas.

Esse é um fenômeno que se generaliza por praticamente todos os campos do conhecimento. Do estudo antropológico-arqueológico acerca da origem do trabalho às questões mais agudas da transição para além do capital. No estudo da *Ontologia* de Lukács, uma esfera mais próxima a mim, nota-se uma clara alteração no eixo das investigações. Se há não muitos anos, contra a onda pós-moderna e o neoliberalismo, a questão central era defender o trabalho como categoria “eterna” (Marx) porque fundante (Marx, Lukács, Mészáros) da humanidade, hoje essa questão parece estar assentada. E é substituída pela questão da transição de uma sociedade fundada pelo trabalho proletário a uma socialidade fundada pelo trabalho associado – por tudo, uma questão mais avançada porque com consequências práticas imediatas. Por quais mediações, por que meios, libertar a humanidade das alienações que brotam do capital: esse o novo eixo das investigações mais recentes que têm em Lukács uma referência importante. Desnecessário acrescentar: com a fundamental contribuição de István Mészáros.

O movimento editorial reflete esse momento: traduções são realizadas de seus textos principais e mesmo a *Estética*, o *Jovem Hegel* e *A destruição da razão* têm suas publicações prometidas. A *Ontologia* conta, hoje, com duas traduções distintas. Os *Grundrisse* de Marx conheceram sua primeira tradução ao português; uma competente nova tradução (Luciano Martorano), com belas introduções de Paulo D. Fraga e Ingo Elbe, agora com base na MEGA², dos *Manuscritos de 1844* foi recentemente publicada pela (quem diria!) Martin Claret, depois da edição, com base no texto da *Werke*, coordenada por José Paulo Netto, para a Expressão Popular publicada em 2015, etc., etc.

Uma nova geração de investigadores é portadora dessa nova fase e novos autores vão trazendo à vida produções teóricas, reflexões, investigações que não apenas já são de bom nível, como ainda exibem vastas possibilidades de desenvolvimento no futuro imediato.

É nesse horizonte mais amplos que o livro de Rafael Rossi encontra seu lugar. Ele, claro, é o resultado casual e isolado da iniciativa de um indivíduo – mas esse acaso e essa iniciativa apenas se tornaram possíveis porque o presente o possibilita e – do ponto de vista da luta de classes – o requer. Nem tão isolado, portanto, nem tanto apenas obra de um único indivíduo, é essa conexão com o presente que possibilita ao texto de Rafael Rossi abordar e fornecer uma resposta inequívoca à questão decisiva para os educadores: pode uma educação, um método educacional, uma reforma educacional, por mais geral e profunda, fundar o “novo” ser humano, com valores e ações que vão para além das alienações do capital? Não, sem deixar lugar a dúvidas, responde o livro de Rafael Rossi! Sem a mediação da Revolução Proletária (e a definição do proletariado para o autor é igualmente precisa: o assalariado contemporâneo que transforma a natureza em meios de produção e de subsistência), não será possível a superação do domínio do capital (portanto, da ideologia burguesa) sobre o processo educacional.

A partir dos argumentos e linha de raciocínio deste livro, é possível aprofundar o conhecimento do processo pelo qual os grandes projetos pedagógicos dos nossos dias terminam, sem exceção, impossibilitados de serem, na prática, pouco mais do que aprofundamentos das políticas neoliberais para a educação, independente do desejo de seus autores. Possibilita compreender porque teses e autores tão fundamentais para a educação nas últimas décadas ficaram longe cumprir o que prometeram, ao fim e ao cabo, serviram de mediação para o aprofundamento da crise da educação no seu todo. A razão de tantos e variados fracassos é argumentada com precisão por Rafael Rossi: a impossibilidade ontológica de os reformistas reformarem o sistema do capital em sua crise estrutural. O livro de Rafael Rossi não poderia ser mais claro, nesse sentido.

O livro de Rafael Rossi tem ainda uma segunda qualidade importante: produzido na academia, por um intelectual da universidade, não absorveu desse seu entorno a linguagem difícil, por vezes mesmo rococó, que não raro tenta velar a falta de conteúdo com o empolamento do texto. Nada semelhante: o texto é claro, direto. Os parágrafos são bem estruturados, a argumentação é bem articulada, o leitor não tem dificuldade em acompanhar seus raciocínios e sua argumentação.

Trata-se, não tenho dúvidas, de uma contribuição importante. Fica, após a leitura, o desejo por um próximo livro do autor! Que ele não nos faça esperar além do devido!

Sergio Lessa

Berlim, 2017.